

A MULHER NA MAGNA GRÉCIA: UM “OBJETO” DE VALOR

Sandra Ferreira dos Santos* * Doutora em
Arqueologia pela
Universidade Federal
do Rio de Janeiro.

RESUMO: Uma questão que tem sido motivo de grandes debates no estudo das colônias gregas do sul da Itália trata da formação dos grupos de imigrantes gregos que se dirigiram para esta região, no movimento que se convencionou chamar de colonização grega. Observando-se as fontes, parece mais razoável considerar que os homens que para lá se dirigiram se casassem com mulheres nativas, realizando, assim, alianças com a população local. As alianças matrimoniais, bastante comuns no mundo grego, tornaram-se, na Magna Grécia, uma política de manutenção e consolidação do poder pelos tiranos da região, e uma forma bastante eficaz de legitimação da permanência e da descendência dos gregos que chegavam. Esta questão é fundamental, na medida em que desejamos pensar sobre a importância das mulheres na formação da identidade do grupo e na legitimação política e social dos gregos que se estabeleceram no sul da Itália.

PALAVRAS-CHAVE: casamento; mulheres; Magna Grécia; identidade; legitimação.

WOMEN IN MAGNA GRAECIA: A VALUABLE “OBJECT”

ABSTRACT: An issue that has been the subject of much debate in the study of the Greek colonies of southern Italy, involves the formation of groups of Greek immigrants who arrived in this region in the movement that came to be called the Greek colonization. Considering the sources, it seems more reasonable to assume that the men who went there, got married to the native women, performing as well, alliances with the local population. Matrimonial alliances, quite common in the Greek world, became, in Magna Grecia, a policy of maintenance and consolidation of power by tyrants in the region, and a very effective way to legitimize the permanence and the offspring of the arriving Greeks. This question is crucial, as we want to think about the importance of women in group identity formation and political and social legitimacy of the Greeks who settled in southern Italy.

KEYWORDS: marriage; women; Magna Grecia; identity; legitimation.

INTRODUÇÃO

O estudo da Grécia Antiga e de suas colônias, apesar do tanto que já se falou sobre o assunto, é repleto de indagações. Muito do que se afirmou no início dos estudos sobre este mundo cultural que tanto nos influenciou, e ainda influencia, esteve fortemente ligado a mentalidades do período em que as pesquisas foram feitas e ao lugar de fala dos próprios pesquisadores. As mulheres, que durante longo tempo foram excluídas da História, não tiveram seu papel favorecido por aqueles que começaram a analisar as fontes relacionadas à Grécia. Usando basicamente fontes escritas – todas produzidas por homens da elite letrada – se tornou senso comum afirmar a inferioridade das mulheres gregas. Felizmente essa injustiça tem sido reparada ao longo do tempo, em especial, após o início dos estudos de gênero, que vieram demonstrar que há um outro lado da História.

Na Grécia Antiga, o papel social da mulher estava irremediavelmente ligado ao casamento e à religião. As mulheres não tinham participação política direta. Esses fatos, inegáveis, é certo, não significam, entretanto, que as mulheres gregas tivessem uma posição social inferior. O casamento era uma instituição fundamental para aquela sociedade, uma vez que garantia a descendência legítima, a cidadania dos filhos e a manutenção da propriedade. Além disso, a religião grega não era tratada com uma esfera da vida em separado, mas estava profundamente entranhada em todos os aspectos da vida. Nada se fazia sem a realização de rituais propiciatórios e como forma de agradar aos deuses, além de terem a religião e os mitos como importante forma de manutenção dos valores e de identidades. Se na política as mulheres gregas não possuíam participação direta, sua influência indireta é também inegável e documentada em várias fontes, inclusive escritas. Vemos, assim, que de fato existe um outro lado nesta história.

No caso específico da Magna Grécia – região composta por cidades colonizadas pelos gregos no sul da Itália e Sicília – a situação das mulheres era bastante semelhante. Entretanto, alguns fatos têm colocado questões muito específicas relacionadas à importância das mulheres desta região do mundo grego. Ao estudarmos a iconografia dos vasos gregos e magnogregos do final do século V a.C. e início do século IV a.C., observamos que a quantidade de imagens retratando mulheres aumentou de forma acentuada neste período. Nos vasos provenientes da Magna Grécia, em especial, há uma profusão destas imagens que estão bastante ligadas ao universo religioso e ao casamento. Apesar de os vasos gregos do mesmo período também apresentarem cenas nas quais as mulheres realizavam tarefas da vida cotidiana e dentro do universo feminino do gineceu, aqueles provenientes da Magna Grécia chamam a atenção pela quantidade bastante maior em que essas imagens se apresentam e pela presença de elementos pictóricos diferentes daqueles da Grécia. Além disso, não só muitos mais vasos pintados têm temática feminina, como esta temática está muito mais profundamente ligada a rituais relacionados ao casamento e à fertilidade. O que significaria essa quantidade tão maior de imagens relacionadas a estes temas? Será que na Magna Grécia o casamento e o papel das mulheres eram mais importantes do que nas cidades mãe da Grécia?

Através da análise e da comparação entre as imagens presentes nos vasos gregos e magnogregos (italiotas) do final do século V e início do século IV a.C., podemos identificar semelhanças e diferenças no papel social da mulher nesta duas regiões pertencentes a um mesmo mundo cultural. As fontes escritas também auxiliam no embasamento dessas percepções e no entendimento da construção dos gêneros nesta região e na legitimação dos seus espaços, realizada pelas instituições sociais.

O uso do casamento como forma de dominação e o esquema de violência simbólica presente nesta sociedade podem nos indicar o papel social esperado das mulheres, mas, ao mesmo tempo, revelam seu poder e sua importância. Esta análise também pretende destacar a percepção da dominação como processo instável, que envolve negociações em torno de posições sociais e políticas estratégicas.

AS RELAÇÕES DE GÊNERO NA GRÉCIA ANTIGA E A IMPORTÂNCIA DO CASAMENTO

O conceito de gênero é uma categoria que tem sido profundamente estudada nas duas últimas décadas.¹ Mas ainda mais importante que a sua definição é percebermos que

¹ Vários pesquisadores, inclusive nomes que se tornaram referência no assunto, como Jane Flax e Joan Scott discutiram o conceito de gênero. Este conceito foi cunhado a partir do final dos anos 70 e início dos 80, fruto deste debate, como uma forma de abordar a questão, negando a justificativa biológica, binária, tendo sido desenvolvido particularmente na cultura anglo-saxônica. É um conceito ainda em construção, em aberto, com problematizações infinitas que atravessam disciplinas num diálogo entre o movimento social, o feminismo e a academia, no qual o debate sobre a cotidianidade ganha presença inevitável. A utilização da categoria de gênero expõe a preocupação em desnaturalizar as identidades sexuais, a divisão sexual do trabalho e as relações desiguais entre homens e mulheres. Trata-se da tentativa de romper com explicações essencialistas acerca da posição de subordinação das mulheres em diferentes sociedades. Sendo assim, “gênero” refere-se a uma construção social do sexo (cf. Oliveira, 2001, p. 31)

Em fins da mesma década, a historiadora norte-americana Joan Scott trazia à tona preocupações similares, ao mesmo tempo em que enfatizava a importância da noção de gênero. As grandes preocupações destes pesquisadores estava no caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo, procurando afastar o fantasma da naturalização; na precisão emprestada à ideia de assimetria e de hierarquia nas relações entre homens e mulheres, incorporando a dimensão das relações de poder; no relevo ao aspecto relacional entre as mulheres e os homens, ou seja, de que nenhuma compreensão de qualquer um dos dois poderia existir através de um estudo que os considerasse totalmente em separado, aspecto essencial para descobrir a amplitude dos papéis sexuais e do simbolismo sexual nas várias sociedades e épocas e no seu sentido e na forma como funcionavam para manter a ordem social e para mudá-la (cf. Scott, 1994, p. 11-12; Soihet; Pedro, 2007, p. 91).

Para Joan Scott (1994, p. 12), gênero é o saber sobre a diferença sexual. Alves (2004, p. 7) afirma que o conceito de gênero deve ser entendido enquanto uma construção social das diferenças sexuais. Silva (2008, p. 75) alerta que não existe um consenso sobre o conceito e demonstra que a palavra é usada de quatro formas principais: como sinônimo de sexo ou de mulher; para denominar as relações sociais estabelecidas entre homens e mulheres; como as diferenças culturais sobre o que

são as relações de gênero que transformam os indivíduos em homens e mulheres – algo em permanente construção na relação com o mundo – e que isso se dá por meio de vivências. As identidades – masculina e feminina – são construídas socialmente e o significado de gênero refere-se a todas as necessidades práticas, crenças e representações sociais que surgem entre os membros de um grupo de pessoas com base na interpretação e na avaliação feita entre homens e mulheres. Esta diferenciação se dá não apenas na divisão dos compromissos em uma determinada sociedade e em um espaço de tempo definido, mas, sobretudo, em relação à identidade e às complexas formas de interações entre homens e mulheres².

Na Grécia Antiga, a construção destas relações se deu por meio de uma configuração social que legitimava uma posição secundária da mulher em diversos aspectos, fossem relacionados à vida pública ou à vida privada.³ Neste sentido, em muitas situações, a mulher era tipificada como incapaz, necessitando, portanto, da tutela masculina. Muitas das fontes que ajudaram a construir a imagem e a posição secundária da mulher eram possuidoras de grande poder de persuasão e de convencimento, como a religião, a família e o suporte doutrinário dos principais pensadores daquele tempo. A mitologia, em especial, veiculava inúmeros mitos nos quais a mulher, em seu “estado selvagem”, era mostrada como perigosa e danosa para a humanidade. Assim, era considerado um elemento fraco e impotente para responder por si às ameaças que a cercavam e de manter suas escolhas nos casos em que estas fugiam à norma social. Para “domar” uma mulher, era necessário casá-la assim que

é “naturalmente” característico do feminino ou do masculino, e como uma categoria de análise sem uma “essência fixada”.

Maria Clara Medina (1998, p. 20) resume a controvérsia: gênero “es una construcción social que puede variar de acuerdo a los debates teóricos que la involucran”. Assim, para os que partilham do chamado paradigma iluminista, gênero é, fundamentalmente, a construção cultural de um dado natural, os sexos, ou as relações sociais estabelecidas entre eles. Na perspectiva pós-moderna, gênero é uma categoria de análise sem essência fixada (cf. Flax, 1991, p. 221), que é, ao mesmo tempo, vazia e transbordante (cf. Scott 1994, p. 289). Ou seja, os pesquisadores que utilizam esta categoria não adotam, *a priori*, definições fechadas, mas buscam verificar como as diferenças corporais perceptíveis ganham e geram significados, e como estas significações são negadas, alteradas ou até eliminadas pelos grupos sociais em diferentes espaços e tempos (Scott, 1994, p.13).

² Oliveira, 2001, p. 33; Rocha-Sánchez e Díaz-Loving, 2005, p. 42.

³ Sourvinou-Inwood afirmou de forma bastante perspicaz que esta inferiorização da mulher nem sempre se dava em relação ao aspecto público e/ou político da *pólis*, como é comumente considerado. E afirmou: “Existe a ideia fundamental de que, como muitas sociedades tradicionais mediterrâneas, aquela dos gregos era separada em esferas pública e privada, ou esfera doméstica; a primeira era o mundo dos homens, a última era o das mulheres. Uma versão dessa abordagem da relação entre o gênero e as esferas pública e privada articula uma oposição, de acordo com a qual enquanto na vida doméstica, masculino e feminino tinham posições complementares, na esfera pública masculino e feminino estavam separados, sendo opostos e desiguais. Isto implica que eles eram iguais na esfera privada. Ao contrário, discuto que enquanto em uma esfera particular da vida pública, a religião, as mulheres eram complementares e iguais aos homens, na vida privada, no *oikos*, elas eram desiguais e subordinadas ao chefe de família, até mesmo nos assuntos religiosos” (Sourvinou-Inwood, 1995, p. 113).

estivesse biologicamente pronta para isso, pois somente sob a tutela masculina a mulher estaria protegida dela mesma e não se tornaria um perigo para a sociedade.

Por estas características, a aquisição do gênero socialmente construído pode ser considerada como um problema político na Grécia Antiga. O discurso masculino, construído no plano simbólico, buscou tornar naturais as desigualdades sociais de gênero, legitimando as divisões sexual e social do trabalho, os diferentes comportamentos sexuais e reprodutivos, bem como uma menor inserção social, cultural e política das mulheres na sociedade da época.⁴ O dimorfismo cultural é a transposição das diferenças biológicas para o plano da cultura, estabelecendo-se oposições homólogas que são ancoradas em dicotomias e que atribuem características positivas aos homens e negativas às mulheres. São estabelecidos significados ao sexo e à natureza, tomando-se o masculino como referência paradigmática e o feminino como polaridade deficiente e estigmatizada. Como exemplo do pensamento dos gregos sobre este assunto, o matemático Pitágoras no século VI a.C. afirmou: *Há um princípio bom, que criou a ordem, a luz e o homem; e um princípio mau, que criou o caos, as trevas e a mulher.*⁵

A questão da formação dos gêneros na Grécia Antiga é fundamental para o entendimento da condição feminina nesta sociedade e deve ser vislumbrada de forma ampla. A relação entre os gêneros e os saberes sobre as diferenças sexuais constituem estas mesmas relações e são constituídos por elas, isto é, os significados dados às diferenças sexuais estão presentes nas relações sociais de formas diversas e as influenciam de maneiras distintas. Além disso, a questão relacional do gênero é uma forma primária de relação significante de poder, isto é, funciona como uma espécie de matriz para dar significado a outras relações de poder além das existentes entre homens e mulheres. Perceber como estas relações foram representadas e articuladas com outros fenômenos e instituições, portanto, ajudará a compreender como funcionaram para legitimar as relações de dominação,⁶ considerando que discursos e práticas transformados em *habitus* têm enorme força na criação e na perpetuação de identidades.

Para as mulheres da Grécia e de suas colônias, o mundo girava em torno do casamento. Ser esposa e mãe era seu papel social e cumprir este destino era o comportamento esperado delas. Desde muito cedo, as meninas eram preparadas para esse momento e realizavam uma série de rituais que propiciassem um bom casamento em termos de fertilidade e abundância. Casar uma mulher no mundo grego, entretanto, era um negócio entre homens, que poderia trazer benefícios para as famílias envolvidas, mas no qual a noiva era, em geral, um objeto mudo na transação. Apesar de seu consentimento ser necessário, sua preferência não era considerada fundamental para a realização do acordo matrimonial. Em consequência, o casamento na Grécia – e, como veremos posteriormente, particularmente na Magna Grécia – tinha um sentido político claro, dado que a reprodução legítima do sistema se efetuava mediante esta instituição. O controle do corpo da mulher e da sexualidade feminina, cuja vigilância estava a cargo dos parentes mais próximos, se converteu em um fator central

⁴ Alves, 2004, p. 4.

⁵ Pitágoras *apud* Beauvoir, 1997, p. 6.

⁶ Scott, 1990, p. 86; Silva, 2008, p. 79-80.

para a sociedade; não é por outro motivo que a virtude mais elogiada nas mulheres era a *sôphrosýne*, ou seja, a temperança, o autocontrole, a moderação e, sobretudo, a contenção do desejo sexual. Este modelo de mulher, criado pelo homem e amplamente difundido pela literatura, pela arte e por valores sociais, implantou-se progressivamente na subjetividade pelos constantes, complexos e minuciosos mecanismos de socialização que se iniciavam na infância e prosseguiram até o fim da vida da mulher, evoluindo de acordo com as etapas da vida feminina, ligadas à fertilidade e à reprodução. A negação voluntária deste modelo era considerada como conduta desviante e rechaçada pela sociedade.

Mas qual era, de fato, a importância do casamento no mundo grego? Seria ele uma esfera inferior ao universo masculino da guerra e da honra? Segundo Xenofonte em sua obra *Econômico*,⁷ não. Homem e mulher eram complementares e necessitavam um do outro para prosperarem. Cada um possuía sua esfera de atuação e se completava. O casamento dentro de uma sociedade como a grega tinha fundamental importância. Além de garantir a “produção” de novos guerreiros e cidadãos, a descendência legítima garantida pelo casamento levava à permanência da propriedade dentro da família, sem divisões. Garantia também as honras fúnebres aos pais – fator de extrema importância dentro das crenças dos gregos – além ser essencial para determinar a cidadania dos filhos. Somente pais e mães cidadãos/nativos poderiam passar a cidadania aos filhos. Além destas questões de ordem prática, as mulheres casadas também eram responsáveis por uma série de atos religiosos que pretendiam garantir a fertilidade dos campos, animais e mulheres, ou seja, a perpetuação da vida.

Este momento da vida feminina, no entanto, foi apropriado e controlado pelos homens. Sem que deixassem transparecer a importância da mulher para a sociedade, criaram uma abstração de inferioridade em torno do papel feminino e garantiram que as mulheres aprendessem a agir da maneira que lhes fosse mais conveniente. Porque, conforme afirmou Bourdieu,⁸ existe certo grau de participação feminina em sua própria subordinação, pois qualquer dominação que não seja feita a partir da limitação da liberdade física total (enclausuramento forçado ou prisão) requer certo grau de consentimento da vítima para que se realize e permaneça. De acordo com Bourdieu, esta violência somente triunfa se aquele(a) que a sofre contribui para a sua eficácia; ela só o submete na medida em que ele (ela) é predisposto por um aprendizado anterior a reconhecê-la. Há na dominação masculina e no modo como é imposta e vivenciada, o exemplo por excelência desta submissão paradoxal, resultante daquilo que eu chamo de violência simbólica, violência suave, insensível, invisível às suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento, ou, em última instância, do sentimento.

A dominação simbólica se exerce em nome do princípio simbólico conhecido e reconhecido tanto pelo dominante quanto pelo dominado.⁹ A naturalização destes conceitos se embrenha nas mentes e eles passam a ser vistos, também pelas mulheres, como algo natural

⁷ Xenofonte, *Econômico*, VII. Tradução de Anna Lia de Almeida Prado (1999).

⁸ Bourdieu, 2000, p. 10

⁹ Bourdieu, 2000, p. 7-8.

e, portanto, imutável. Além disso, Bourdieu também considerou que é quando a mulher entra no mercado dos bens simbólicos, representado pelas alianças matrimoniais, que a dominação se instaura e se perpetua. A lei fundamental deste mercado é que as mulheres nele são tratadas como objetos que circulam de baixo para cima. O princípio da inferioridade e da exclusão da mulher, que o sistema mítico-ritual ratifica e amplia, a ponto de fazer dele o princípio de divisão de todo o universo, não é mais que a dissimetria fundamental, a do sujeito e do objeto, do agente e do instrumento, instaurada entre o homem e a mulher no terreno das trocas simbólicas, das relações de produção e reprodução do capital simbólico, cujo dispositivo central é o mercado matrimonial, que estão na base de toda a ordem social: as mulheres só podem aí ser vistas como objetos, ou melhor, como símbolos cujo sentido se constitui fora delas e cuja função é contribuir para a perpetuação ou o aumento do capital simbólico em poder dos homens.¹⁰

No entanto, é preciso ressaltar que o casamento grego na Antiguidade apresentava um duplo significado. Primeiro, como já dissemos, era um instrumento de violência simbólica contra a mulher, uma vez que projetava a sua anulação como *persona*, sua desapareição no espaço privado, sua “morte” política e sua submissão a um senhor. Mas, em segundo lugar, para a mulher o casamento instituía também – e contraditoriamente – um ponto de partida para sua projeção social. Pois a possibilidade de ação e de reviravolta, a possibilidade de peripécias contra um poder dominante, ruidoso, violento, é dada justamente pela legitimidade do lugar social e público ocupado pela esposa na sociedade grega. Tomando a constatação de Bourdieu de que as armas do fraco são armas fracas, pode-se contra-argumentar, com o auxílio do próprio Bourdieu, que as “armas fracas” são fracas precisamente porque construídas como tal. O que dizer, então, quando os fracos têm, efetivamente, armas fortes, como o poder de legitimar a presença de seus próprios maridos e de garantir a cidadania dos filhos, tido pelas mulheres da Magna Grécia?

Assim, o ponto de honra, essa forma peculiar de sentido do jogo que se adquire pela submissão prolongada às regularidades e às regras da economia de bens simbólicos, é o princípio do sistema de estratégias de reprodução pelas quais os homens, detentores do monopólio dos instrumentos de produção e de reprodução do capital simbólico, visam a assegurar a conservação ou o aumento deste capital: estratégias de fecundidade, estratégias matrimoniais, estratégias educativas, estratégias econômicas, estratégias de sucessão, todas elas orientadas no sentido de transmissão dos poderes e dos privilégios herdados.¹¹ Esse poder e estes privilégios, entretanto, para serem conseguidos e legitimados, necessitavam das mulheres. Na Magna Grécia, eram elas que detinham, efetivamente, esta capacidade. Mesmo que seu lugar social não ameaçasse a ordem vigente, ainda que elas nem mesmo tivessem o interesse de derrubar este poder masculino, esse empoderamento não proposital, mas inegável, certamente foi percebido pelas mulheres da Magna Grécia. Não foram poucas aquelas que, através dele, se projetaram para além das figuras dos seus maridos.

¹⁰ Bourdieu, 2000, p. 55.

¹¹ Bourdieu, 2000, p. 62.

A MAGNA GRÉCIA

A região conhecida como Magna Grécia, onde foram encontrados os vasos que estudamos neste trabalho, compreende o sul da Itália e a Sicília, regiões que, ao longo de vários séculos foram ocupadas, de forma pacífica ou não, por populações originalmente gregas. Este movimento migratório, que ficou conhecido como colonização grega, teve suas particularidades em relação a outros movimentos coloniais. É necessário, portanto, tecer algumas considerações sobre a expressão “colonização”. Os gregos, em um determinado momento e por inúmeros motivos, passaram a ocupar as terras do território hoje conhecido como Itália, fundando ou ocupando cidades que passaram a seguir, de uma forma ou de outra, a cultura grega. Este fenômeno – que se desenvolveu em alguns lugares a partir da violência, em outros, a partir da interação com os povos nativos – foi denominado pelos estudiosos antigos colonização grega. No entanto, o termo colonização está encharcado de significados ligados ao movimento de colonização europeia, ocorrido a partir do século XV da nossa era e que possui características muito distintas do processo grego.

Segundo alguns historiadores,¹² seria, portanto, mais correto considerar este fenômeno como uma transferência de população, uma vez que as cidades que se constituíam no sul da Itália eram independentes de suas áreas de origem e a ligação entre elas era, basicamente, de ordem cultural. A própria palavra utilizada pelos gregos – *apoikéia* – e que traduzimos como “colônia” – significa simplesmente estar longe de casa e não indica qualquer tipo de domínio colonial como o entendido nas colonizações das épocas moderna e contemporânea.

A colonização grega na Itália, que é normalmente datada de inícios do século VIII a.C, possui várias hipóteses para sua explicação. A primeira delas foi a necessidade de terras para a agricultura,¹³ sendo esta vista como a principal explicação para o movimento de colonização grega. A procura por novas áreas comerciais também é bastante plausível, considerando que os gregos, já neste período, realizavam intensas trocas comerciais com variadas regiões.¹⁴ Sem dúvida, havia a necessidade de matérias primas e de comercializar produtos manufaturados, além de podermos considerar ainda a atração pela aventura e pela descoberta presente em grupos ligados ao mar.

Ao chegar a estas novas terras, os colonizadores eram politicamente independentes de sua cidade-mãe e formavam novas cidades-estado independentes. No entanto, mantinham-se os laços de sangue, religião e, podemos estar certos, de comércio.¹⁵

Não nos cabe aqui discutir a forma – pacífica ou não – deste contato, mas sim que, qualquer que tenha sido a forma encontrada nos diversos locais, o contato entre gregos e população nativa ocorreu e se estabilizou, levando a uma união de culturas e interesses

¹² Greco, 2005, p. 135; Hirata, 2009, p. 38-40.

¹³ Woodhead, 1972, p. 31-32.

¹⁴ Dunbabin, 1948, p. 7; Moscati, 1987, p. 13.

¹⁵ Boardman, 1986, p. 172.

que transformou não só os povos nativos, como os próprios gregos, visto que algumas das populações da região não eram de modo algum mais atrasadas ou inferiores aos gregos.¹⁶

Apesar da influência mútua, a cultura grega se sobressaiu – ou por ser a cultura do colonizador ou por parecer mais interessante aos grupos locais. Nas áreas que estiveram abertas a esta influência grega, não ocorreram mudanças somente no aspecto político, mas, em uma escala muito maior, em toda a esfera cultural. Algumas das áreas envolvidas adotaram o alfabeto grego e, em muitos casos, também a língua. Junto com a adoção da ideia de *pólis* grega, suas manifestações externas também foram retomadas – como arte e arquitetura. Isso não significa, entretanto, que as populações nativas abandonaram sua cultura. Este não foi um processo unilateral. Segundo Funke,¹⁷ pode-se considerar que ocorreu um modelo dinâmico de osmose cultural, criando várias formas intermediárias de vida cultural ao longo do caminho.

Desta forma, podemos afirmar que, mesmo que os gregos tenham exercido uma influência preponderante no ambiente circundante, não ficaram imunes à influência local. Esta influência é percebida em uma série de elaborações e interpretações mais livres e desenvolvimentos maiores do que seria possível na própria Grécia. Neste campo, se incluem, certamente, as representações dos vasos de cerâmica, que apresentam, nesta região, uma maior variedade de temas e de possibilidades do que propriamente na Grécia,¹⁸ em especial no que se refere ao universo feminino.

AS IMAGENS DOS VASOS

Uma das mais importantes fontes de estudo sobre a Grécia e a Magna Grécia é a iconografia dos vasos cerâmicos. De longe, a cerâmica decorada se constitui no tipo documental que, resistindo ao tempo, contribuiu com um maior número de exemplares disponíveis aos estudos. Somente da iconografia ática, chegaram até nós mais de 50.000 vasos decorados com figuras negras e figuras vermelhas produzidos entre os séculos VII e IV a.C.¹⁹ Para Bérard,²⁰ a imagem não era somente popular na Antiguidade, ela era uma produção de massa, de grande difusão, utilizada e vista largamente por toda a população. Os vasos gregos e magnogregos, que serviam de suporte às representações imagéticas, prestavam-se a vários usos, desde o transporte de mercadorias, como o vinho e o azeite de oliva, até o uso doméstico, como copos, vasos de água, panelas e vasos de perfume ou cosméticos, inserindo-se em vários contextos da vida cotidiana. Juntamente a esses produtos, transportavam também ideias, conceitos e valores que eram transmitidos pelas representações pictóricas e que deveriam ser dirigidos aos grupos que os utilizavam.²¹

¹⁶ Boardman, 2006, p. 94-97; Guzzo, 1990, p. 132-133; Lomas, 1993, p. 21-23.

¹⁷ Funke, 2006, p. 156-159.

¹⁸ Moscati, 1987, p. 19.

¹⁹ Beard, 2000, p. 15.

²⁰ Bérard, 1983, p. 6.

²¹ Cerqueira, 2012, p. 87.

Realizando uma comparação entre os vasos propriamente gregos e os italiotas, percebemos que os elementos presentes na iconografia são basicamente os mesmos, mas as proporções relativas a estes elementos determinam diferenças consideráveis entre os vasos gregos e aqueles provenientes do sul da Itália. Com efeito, entre todos os temas evocados, as desproporções são mais evidentes com as cenas relacionadas às mulheres, ao casamento e aos rituais propiciatórios para este momento, que na região da Magna Grécia apresentam uma frequência e uma insistência extrema. Outro aspecto interessante das imagens dos vasos italiotas com representações femininas é que nestes as mulheres são sempre figuras ativas na ação. Elas raramente aparecem como figuras secundárias ou somente observando a ação dos homens, como acontece nos vasos gregos. Na grande maioria das vezes, a ação central da imagem é realizada pela mulher ou ela aparece lado a lado com um homem, realizando uma ação em conjunto. Naturalmente, não é possível considerar estas imagens como cenas reais, mas elas, certamente, indicam formas de representação e lugares sociais, valores e símbolos que demonstram o lugar de cada um dos participantes na sociedade.

QUEM SÃO AS MULHERES DOS VASOS?

Uma das questões que tem sido motivo de grandes debates entre os pesquisadores trata da formação dos grupos de imigrantes que se dirigiram para o território que passou a se chamar Magna Grécia. Das cidades que vieram a formar colônias gregas no sul da Itália, saíram grupos que tinham a intenção de estabelecer seu lar em outro local. Estes grupos seriam formados por famílias inteiras ou somente por homens? Os homens que iam sozinhos encontravam suas esposas entre as mulheres locais ou buscavam suas companheiras em suas cidades de origem? Para Boardman,²² Izzi²³ e Moscati,²⁴ parece mais razoável que os homens se casassem com mulheres nativas, realizando, assim, alianças com a população local.

Conforme dito anteriormente, as populações encontradas pelos gregos não eram, em sua maioria, menos avançadas social e politicamente do que eles, sendo bastante razoável pensar em acordos matrimoniais com a intenção de legitimar a presença dos homens gregos na região ocupada. Principalmente quando a incorporação dos gregos se deu de forma pacífica, os acordos matrimoniais parecem ter sido uma solução bastante adequada para realizar alianças com os grupos da elite local. Assim, é provável que os grupos que saíam da Grécia fossem formados basicamente por homens – artesãos, mercadores, fazendeiros e escravos – sendo as mulheres locais incorporadas ao grupo com base nestes acordos.²⁵

Esta informação é importante para o entendimento sobre os grupos que ocuparam a Itália e sobre as mulheres que eram figuradas nos vasos. Apesar de terem aderido ao modo de vida e à cultura grega, as mulheres locais preservaram sua cultura. Esta se mesclou com a cultura grega e os modos de ser das mulheres da região da Magna Grécia podem

²² Boardman, 1986, p. 172.

²³ Izzi, 2009, p. 18-19.

²⁴ Moscati, 1987, p. 14.

²⁵ Carratelli, 1996, p. 145.

ter particularidades em relação às mulheres da Grécia. Se mesmo entre as populações originalmente gregas há diferenças, também devemos considerar este aspecto em relação à população da Magna Grécia.

Mas por que era importante para os gregos casarem-se com mulheres nativas? Além da facilidade da presença das mulheres na região, agilizando os contatos, os acordos matrimoniais serviam para selar compromissos com os chefes locais ou moradores nativos, ajudavam na formação da identidade do grupo e na legitimação política e social dos gregos que chegavam. As uniões entre homens gregos e mulheres locais legitimavam a descendência, a participação e a permanência grega no local. A prova de que este aspecto era fundamental está na documentação que demonstra que a prática dos acordos matrimoniais não era incomum na Magna Grécia e foi utilizada durante toda a história da região, inclusive pelos próprios governantes. Dionísio I (430 – 367 a.C.), tirano de Siracusa, por exemplo, se utilizava de uma “política matrimonial” como forma de legitimação para sua política expansionista, oferecendo mulheres da elite siracusana como esposas para governantes de localidades com as quais desejava firmar acordos.²⁶ Muitas das mulheres usadas por Dionísio em seu plano expansionista já eram até mesmo casadas, servindo como objetos de troca e de formação de alianças visando o poder político. O próprio Dionísio I casou-se com uma mulher de família ilustre da elite de Siracusa.²⁷

Na verdade, não foi somente Dionísio I que se valeu desta estratégia de manutenção e consolidação de poder, não só político, mas também simbólico. No início do século V a.C., as duas tiranias mais poderosas do mundo grego eram a de Gélon de Siracusa e a de Téron de Agrigento, ambas na Magna Grécia. Não por acaso, Gélon se casou com a filha de Téron. Depois da morte de Gélon, seu irmão Polizalos se casou com essa mesma mulher e Hieron, outro irmão de Gélon, se casou com a neta de Téron. Este último, por sua vez, se casou com a filha de Polizalos. Assim, no início do séc. V, os principais poderes tirânicos da Sicília se encontram harmonizados por meio de alianças matrimoniais que também estabeleciam relações de dependência entre os chefes. Esta questão teve importantes desdobramentos na história política da ilha.²⁸ Considerando que estas estratégias não eram usadas somente pelos governantes, mas pela população em geral, desde os tempos da chegada dos gregos na região, podemos perceber o poder simbólico e o papel nada secundário dado à mulher na Magna Grécia, apesar de ser vítima de políticas tão violentas e absurdas como estas. Sem dúvida alguma as mulheres eram utilizadas como objetos de troca, mas não existe acordo quando o “objeto” de troca não possui qualquer valor. Somente se troca poder por outra fonte de poder.

Para Antonaccio,²⁹ além dos fatores já apontados, o casamento inter-racial entre gregos e mulheres nativas foi recentemente encarado como um importante agente da helenização, que pode ser demonstrada pelos objetos encontrados em enterramentos

²⁶ Izzi, 2009, p. 48-49 e 56.

²⁷ Izzi, 2009, p. 20-23.

²⁸ Gernet, 1980, p. 299-312.

²⁹ Antonaccio, 2001, p. 126.

mistos, com artefatos ou inscrições bilíngues. Sendo a identidade grega vista como essencial para esta sociedade, o casamento com mulheres locais também ajudaria na expansão desta identidade – através das mulheres – para a população local. No entanto, o ponto que a meu ver é fundamental é que, para os gregos, a cidadania era passada através do parentesco. Os homens gregos que chegaram às novas terras não eram nascidos ali, nem possuíam parentesco com os fundadores míticos destas cidades, mas a mulheres sim. Elas, portanto, legitimariam a cidadania dos filhos nascidos daqueles casamentos, passando-se, assim, o poder através das mulheres.

Para Gernet,³⁰ a política matrimonial dos tiranos magnogregos era uma problemática bastante significativa, visto que se tratava de um processo intencional, sistemático e bastante bem orquestrado. A ideia era, de fato, difundida e utilizada sem qualquer cerimônia. Dionísio I, já citado anteriormente, se casou várias vezes, sempre com filhas de personagens do “primeiro escalão” das cidades que desejava controlar ou influenciar. Mesmo suas filhas, Dionísio as casou com personagens importantes, criando e mantendo uma rede de poder que chegava até ele. Muitos destes casamentos foram, inclusive, interfamiliares.

No caso dos tiranos, este sistema garantia a manutenção do poder, uma paz relativa e um certo equilíbrio na região. Esse sistema de alianças matrimoniais foi utilizado não somente pelos tiranos e pelos grupos da elite, mas era comum na região em todos os segmentos sociais. Na verdade, ele estava presente também nas lendas de fundação das cidades da Magna Grécia, que estabeleciam a importância da linhagem materna.³¹

Para compreendermos um pouco melhor a importância da identidade para os gregos e suas implicações políticas na região da Magna Grécia será útil analisarmos mais de perto o conceito de helenidade.

A IMPORTÂNCIA DA IDENTIDADE HELÊNICA NA MAGNA GRÉCIA

Na história da Grécia, a questão da identidade é sempre considerada como fundamental. Os gregos sempre viram com cuidado aqueles que eram diferentes e procuraram manter sua identidade linguística, cultural e religiosa da melhor forma possível. Povo orgulhoso de suas qualidades, os gregos procuraram sempre passar sua cultura para os povos com os quais tiveram contato. Mas o que era, afinal, ser grego? O que marcava essa identidade?

Jonathan Hall³² preferiu tentar determinar os elementos da etnicidade grega sem recorrer a elementos como linguagem, religião ou cultura, pois acredita que a mera existência objetiva dos mesmos não irá por si só desencadear uma consciência étnica. Além disso, segundo ele, se a intenção é fornecer uma definição de aplicabilidade universal, nenhum desses índices sozinho é necessário ou suficiente para definir um grupo étnico.³³ Isso não

³⁰ Gernet, 1980, p. 299-302.

³¹ Gernet, 1980, p. 304-305.

³² Hall, 2002.

³³ Hall, 2002, p. 10-12.

significa que Hall negue que membros de um grupo étnico possam considerar a linguagem, a religião ou a cultura como uma importante – talvez a mais importante – dimensão da sua identidade. Entretanto, esses índices são extremamente variáveis em cada contexto. Se procurarmos um critério mais universal para a expressão subjetiva de afinidade étnica, Hall sugere que este esteja na adoção de uma noção de um *suposto parentesco* e na *consciência de uma herança histórica comum*, que é quase invariavelmente associado com uma *linhagem específica* e um *território* anterior real ou imaginado. Para fundamentar sua opinião, Hall se volta para a evidência literária antiga, e procura demonstrar que, enquanto a linguagem (dialetos), os rituais religiosos e os costumes estavam associados a grupos específicos na Antiguidade grega, parece frequentemente haver uma coincidência: esses índices se tornam secundários diante dos apelos predicados pela noção de *syngéneia* (parentesco). Grupos como os dórios ou jônios baseavam seu parentesco em dois pontos principais: um território primordial e líderes epônimos (reais ou míticos). A expressão arquetípica da etnicidade intra-helênica, segundo Hall, demonstra a existência de uma genealogia, segundo a qual os grupos percebiam a sua descendência do herói étnico e expressavam, em um nível metafórico, como os grupos étnicos intra-helênicos viam tanto sua consanguinidade quanto suas relações de parentesco mais distantes com outros grupos gregos.³⁴ Além disso, por conta de a identidade ser um fator que se apresenta em confrontação com aquele que é diverso, ou, como afirma Jones,³⁵ ser “essencialmente uma consciência da diferença”, Hall considera que a etnicidade frequentemente emerge no contexto de migração, conquista ou apropriação de recursos por um grupo em detrimento de outro.³⁶ Nesse sentido, o grupo étnico é, em outras palavras, uma “comunidade imaginária (ou imaginada)” cujos constituintes “nunca conhecerão seus membros comuns, nem saberão, ou ouvirão falar deles; no entanto, na mente de cada um existe a imagem de sua comunhão”.³⁷

Podemos pensar, portanto, que a presença dos gregos na Magna Grécia e o seu contato com os povos indígenas favoreceram fortemente a identidade grega. Estar em um local distante da terra natal, em contato com pessoas diferentes, deve ter sido difícil para os imigrantes gregos. Como não gostavam muito dos que eram diferentes, era preciso transformá-los em gregos também! E assim eles fizeram ou tentaram, da melhor forma possível, especialmente porque se os nativos (ou as nativas, mais especificamente) – que tinham ligações de parentesco com os fundadores míticos daquelas terras – se unissem àqueles que chegavam, esses também – e seus filhos – seriam herdeiros legítimos da região. Principalmente a descendência que surgiria teria seus direitos garantidos a todo o arcabouço cultural grego, mas também seria herdeira legítima da terra em que estavam, herança esta passada por suas mães.

Os acordos matrimoniais eram, portanto, não só um excelente negócio – visto do ponto de vista econômico e político – mas também essencial para garantir a identidade, a

³⁴ Hall, 2002, p. 15.

³⁵ Jones, 1997, p. 94.

³⁶ Hall, 2002, p. 9-12.

³⁷ Hall, 2002, p. 16.

permanência e a legitimidade dos gregos e seus descendentes naquela região. A importância do casamento para a sociedade grega já é bastante conhecida. No entanto, ao pensarmos nas demais questões envolvidas quando nos referimos aos grupos de imigrantes e seus descendentes na região da Magna Grécia, ele nos parece ainda mais fundamental. Não são gratuitas, portanto, as inúmeras imagens que se apresentam nos vasos itálicos e que fazem referência ao casamento. Se, na Grécia, esse papel social deveria ser ensinado e inculcado como natural para as mulheres, na Magna Grécia isso deveria ser aceito sem qualquer contestação.

Mas, se como disse Bourdieu,³⁸ para que a dominação exista ela precisa ser aceita e naturalizada também pelo dominado, o fato de serem usadas como objetos de troca dava às mulheres, como vimos, um certo poder simbólico também, que em alguns casos resultou em poder real, negociado, dividido e conquistado.

ERAM DIFERENTES AS MULHERES DA MAGNA GRÉCIA?

É preciso considerar que a grande concentração de imagens de mulheres e seu dia a dia nos vasos gregos e magnogregos durante os séculos V e IV a.C. nos indica o lugar da mulher na sociedade, valores e modelos a elas associados e a possibilidade de que os vasos tenham sido feitos para o consumo feminino. O aumento da procura por vasos com temas femininos pelas mulheres pode ter levado a uma maior oferta deste tipo de figuração.³⁹ O que terá significado esse novo interesse pelo universo feminino? Essa profusão de imagens pode indicar uma visão mais favorável em relação à mulher ou uma tomada de posição no que se refere ao consumo dos vasos, agora escolhidos pelas mulheres para seu próprio uso. Se esta hipótese puder se confirmada, demonstrará uma mudança de hábitos e de atitudes importante e, quem sabe, um diferente posicionamento feminino na sociedade do sul da Itália.

É possível que, apesar desta violência simbólica que era imposta às mulheres, em virtude das características específicas da região, houvesse uma visão ligeiramente mais favorável a elas na Magna Grécia, ou até mesmo o desenvolvimento de um ambiente em que elas pudessem se representar de forma diversa da Grécia. Essa era uma questão não somente social, mas também política. Segundo Aristóteles,⁴⁰ na prática, um cidadão era definido como aquele cujos pais são cidadãos, ou seja, nascidos de pais e mães cidadãos. Esta definição, portanto, não poderia se aplicar aos primeiros habitantes ou fundadores de uma cidade e este problema deveria ser resolvido de alguma forma. A forma encontrada pelos imigrantes foi a união com as mulheres locais. Políbio também afirmou⁴¹ que em Locri – colônia grega do sul da Itália – somente eram considerados nobres aqueles que descendiam *da linha feminina* das (cem) famílias fundadoras, provenientes da pátria mãe. Este fato estaria vinculado com a lenda de fundação da cidade de Locri, segundo a qual esta teria sido fundada por mulheres espartanas. A importância do casamento com mulheres “cidadãs” fica clara

³⁸ Bourdieu, 2000, p. 10.

³⁹ Boardman, 1995, p. 219.

⁴⁰ Aristóteles, *Política*, III, 5, 6-8.

⁴¹ Polybius, *Histories*, XII 5, 6-8.

nesta passagem. As mulheres de Locri, na verdade, gozavam de alguns direitos impensáveis na própria Grécia. Em virtude de sua posição não estar vinculada ao âmbito matrimonial ou religioso, as mulheres locrenses podiam manter a hereditariedade de seus bens e seu próprio nome de família, mesmo na falta de parentes masculinos.⁴²

Outra colônia grega que tem seu mito de fundação ligado a figuras femininas é Siracusa, cuja lenda de fundação tem duas versões; ambas, porém, colocam uma mulher como figura proeminente. A primeira versão, de acordo com o gramático Querobosco de Constantinopla,⁴³ do século VI d.C., afirma que Siracusa foi fundada por Árquias, que tinha duas filhas – Syra e Akousa, em homenagem às quais teria nomeado a cidade. A segunda versão, transmitida por Genésio,⁴⁴ historiador bizantino do século X d.C., coloca a própria filha de Árquias como a fundadora da cidade. Não devemos ver como coincidência o fato de que em Siracusa as mulheres tenham tido uma forte importância, mesmo política.

Algumas mulheres magnogrecas alcançaram posições e papéis bastante significativos. A esposa do tirano de Gela e de Siracusa, Damarete, teve um papel preponderante até mesmo na política das cidades. Damarete era filha do déspota de Agrigento, Téron, e se casou com Gélon para selar uma aliança do tipo ao qual nos temos referido e que foi citada anteriormente. Damarete, entretanto, não foi uma mulher apagada pelo brilho do marido e, durante o governo dele, participava e tinha sua voz respeitada. Após a batalha de Himera, em 480 a.C., atuou na negociação do tratado de paz entre Siracusa e os cartagineses, e impôs a inclusão de uma cláusula que proibia o sacrifício dos primogênitos ao deus Baal pelos cartagineses.⁴⁵ O prestígio desta mulher é atestado por Diodoro Sículo,⁴⁶ que afirmou que, em homenagem a sua importante colaboração no andamento do tratado de paz, a cidade de Cartago lhe ofereceu uma coroa de ouro e Siracusa mandou bater uma moeda com sua efígie, equivalente a 10 dracmas antigos, conhecida como *Damaréteion*.

A MULHER EM OUTRO PATAMAR?

CONCLUSÕES

Será, então, que na Magna Grécia, apesar de estar dentro do mundo grego e de procurar seguir padrões e valores das cidades-mãe, havia um posicionamento mais favorável às mulheres? Será que, por conta da sua importância ligada à descendência e o pertencimento ao território, as mulheres na Magna Grécia alcançaram um patamar mais elevado? O fato de que os homens buscavam controlar as mulheres e mantê-las sob estrito controle já demonstra que elas eram importantes e valiosas. Esse valor poderia não ser explicitado, mas estava presente, mais ainda que na própria Grécia. O fato de estarem em outro território e

⁴² Izzi, 2009, p. 22.

⁴³ Choeroboscos, G. *Scholia ad Canon. Theodosii*, p. 751, 10.

⁴⁴ Genésio *apud* Kaldellis, 1998, p. 56.

⁴⁵ Izzi, 2009, p. 47.

⁴⁶ Diodorus Siculus, XI, 26, 3.

pertencerem a uma cultura mista também pode ter influenciado neste posicionamento. Claro que esta importância não se mostrava visivelmente em termos de valorização e aceitação da diferença, mas certamente era percebida pelas mulheres, que se utilizaram dela em benefício próprio.

As fontes do período helenístico, muito próximas do período que tratamos aqui, dão evidências de que, já em alguns locais, a posição social das mulheres se modificava. Especialmente nos papiros egípcios vemos as mulheres possuindo propriedades, firmando contratos e resolvendo seus próprios problemas. Uma mulher grega, neste período, diferentemente da egípcia, deveria ter um guardião para resolver com ela qualquer transação oficial, mas, claramente, a presença deste guardião era só uma formalidade. Aqui, o contraste com a Atenas Clássica é agudo, onde a mulher, de fato, não agia.⁴⁷

Acima de tudo, ao observar as similaridades entre as atitudes femininas da Grécia e as do Sul da Itália, não podemos simplesmente assumir que todos os valores ou concepções culturais tenham persistido no tempo e sido totalmente assimiladas e adotadas em outro espaço, no qual culturas diversas se encontraram e se influenciaram. É óbvio que existem semelhanças, pois ambos os espaços participam de um mesmo “mundo” cultural, mas várias diferenças devem ter existido também, bem como muitas adaptações e diferentes formas.

Apesar de a vida das moças, tanto na Grécia quanto na Magna Grécia, girar em torno do matrimônio, há evidências iconográficas e escritas de que, na Magna Grécia, as moças tinham um pouco mais de liberdade do que na Grécia e podiam se dedicar a outras atividades, mesmo que estas também estivessem ligadas à preparação para o casamento. Nesta região, por exemplo, elas podiam praticar esportes, o que lhes dava maior espaço de movimentação do que no caso das moças gregas da elite, que, ao que se sabe, saíam de casa o mínimo possível, geralmente nos festivais religiosos e sempre acompanhadas. Segundo Faure,⁴⁸ as meninas da Magna Grécia, desde jovens, praticavam exercícios físicos com o objetivo de adquirirem boa saúde e vigor, preparando-se para seu futuro papel de mãe de família. Para isso, nas colônias havia muitos ginásios e palestras, sugerindo que os exercícios se realizassem por toda parte.⁴⁹

Além disso, há evidências de que eram as mulheres da Magna Grécia que ditavam a moda na Grécia. A riqueza e a beleza das vestes itálicas femininas encantava as mulheres gregas. Apesar de ser sempre a Grécia quem ditava a moral e os costumes e que designava o estereótipo da mulher, a Magna Grécia se destacava na beleza de seus ornamentos e vestimentas. Assim, apesar de se tratar de colônias, de certa forma, talvez ditassem também comportamentos femininos, uma vez que é atestado que as mulheres itálicas se enfeitavam mais que as gregas, usando muitos objetos metálicos e joias.⁵⁰ Este comportamento ia absolutamente contra a ideia e o costume grego de que as mulheres deveriam ser discretas e aparecer o mínimo possível. Elas, inclusive, utilizavam ornamentos metálicos que, enquanto

⁴⁷ Humphreys, 1996, p. 35.

⁴⁸ Faure, 1995, p. 358-359.

⁴⁹ Izzì, 2009, p. 79-80.

⁵⁰ Izzì, 2009, p. 102-104.

elas caminhavam, produziam sons, com funções musical e mágica embutidas. Esses ornamentos deveriam ser especialmente usados em festividades nas quais estas mulheres dançassem.⁵¹ Nos próprios vasos itálicos podemos verificar esta prática, pois as mulheres ali se apresentam sempre bastante enfeitadas e usando muitas joias.

Para Izzi,⁵² esses fatos parecem sugerir que as mulheres das colônias possuísem maior autonomia e maior facilidade de movimentação fora da casa do que as mulheres da Grécia. Este fato pode ter sido especialmente verdadeiro nos séculos IV e III a.C., quando muitas mudanças ocorreram no mundo grego e em suas imediações. Hallett⁵³ chama a atenção para o fato de que, na Antiguidade tardia e no período romano, muitas mulheres da elite assumiram papéis importantes, que antes estavam ligados aos homens, pois a força do sangue familiar permitiu que elas se tornassem mais ativas relativamente às questões de suas sociedades. Mesmo em obras ficcionais da Atenas Clássica, como as de Sófocles, aparecem mulheres que, através da linhagem paterna, se tornam tão poderosas quanto os homens. Assim como as anteriormente citadas, outras lendas de fundação de cidades gregas na Itália têm mulheres como protagonistas. Este é o caso da fundação de Marselha, que, segundo a lenda, teria sido fundada por um grego por ter ele sido escolhido como marido pela filha do chefe do povo local.⁵⁴

Com relação às práticas e ao enxoval funerário, na Magna Grécia, por vezes, podemos encontrar questões interessantes. Por exemplo, em um enterramento feminino, na Lucânia é possível verificar que alguns objetos ligados ao universo masculino podiam ser usados para membros femininos da sociedade, como aqueles para abater um animal, para assar e cozinhar a carne, vasos para servir vinho. Com toda a probabilidade, estes objetos estariam ligados ao papel de *mater familias*, construído ao redor da esfera de héstia, a fogueira doméstica, centro do culto familiar, onde as mulheres eram vistas como competentes e como membros independentes da sociedade, uma visão não usual sobre a mulher na Grécia.⁵⁵

Em uma sociedade na qual imaginamos que as mulheres continuassem a ter pouca liberdade de ação, os fatos mostrados eram, sem dúvida, oportunidades preciosas e podem indicar uma mudança de paradigmas importante nas relações de gênero na Magna Grécia durante este período. Se pensarmos na condição das mulheres gregas durante o período clássico, percebemos que não se trata de pouca coisa. É claro que seria utopia pensarmos que as mulheres da Magna Grécia gozassem de uma liberdade imensa, que elas pudessem conduzir sozinhas suas vidas sem qualquer participação masculina e que os tempos haviam mudado, trazendo ares mais leves para as mulheres.

A violência simbólica estava, sim, presente nas relações de gênero na Grécia Antiga e em suas colônias, em diversos aspectos da vida e, em especial no casamento, sendo empregada como forma de manutenção da dominação e da ordem social mantida pelos homens. No

⁵¹ Pacciarelli, 2008, p. 119.

⁵² Izzi, 2009, p. 105-106.

⁵³ Hallett, 1999, p. 27-29.

⁵⁴ Faure, 1995, p. 265.

⁵⁵ D'Agostino, 1996, p. 546.

entanto, apesar de ser considerada inferior, de ser domada e dominada pelos homens em quase todos os momentos da sua vida, a mulher encontrava brechas na dominação para a sua própria representação e atuação. Aceitar a dominação não significa, necessariamente, não percebê-la e tampouco não utilizá-la em benefício próprio. Muito diferente da Grécia, as mulheres das colônias do sul da Itália, de forma consentida ou não, estavam um degrau acima. Devido às características específicas da região, o lugar destinado pela sociedade italiota às mulheres não era, de maneira alguma, desprovido de importância e era por meio dele que as mulheres se representavam. O casamento, assim, tinha um duplo e contraditório significado, de dominação e de representação, de objetificação e de valorização ao mesmo tempo.

REFERÊNCIAS

- ALVES, J. E. D. *A Linguagem e as representações da masculinidade*. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2004.
- ANTONACCIO, C. M. Ethnicity and Colonization. In: MALKIN, I. *Ancient Perception of Greek Ethnicity*. Center for Hellenic Studies Colloquia 5. Harvard: Harvard University Press, 2001.
- ARISTÓTELES. *Política*. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- BEARD, M. Adopting an Approach II. In: RASMUSSEN, T.; SPIVEY, N. (org.). *Looking at Greek vases*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- BEAUVOIR, S. *O segundo sexo*. 11 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- BÉRARD, C. Iconographie-Iconologie-Iconologique. *Revue Études de Lettres*, n. 4, 1983.
- BOARDMAN, J. *Los griegos en ultramar: Comercio y expansión colonial antes de la era clásica*. Madrid: Alianza Editorial, 1986.
- BOARDMAN, J. *Athenian red figure vases: the classical period*. London: Thames and Hudson, 1995.
- BOARDMAN, J.; HAMMOND, N. G. L. *The Cambridge Ancient History*. The Expansion of the Greek World, Eighth to Sixth Centuries B.C. Cambridge: Cambridge University Press, 2006. v. III. Parte 3.
- BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- CARRATELLI, G. P. An outline of the political history of the Greeks in the West. In: CARRATELLI, G. P. (ed.) *The Greek World – art and civilization in Magna Graecia and Sicily*. New York: Rizzoli, 1996.
- CERQUEIRA, F. V. Identidade cultural e relações interétnicas Greco-indígenas na Magna Grécia. O sentido da iconografia dos instrumentos musicais na cerâmica ápula (séculos V e IV a.C.). In: CAMPOS, A et alii (org.). *Territórios, poderes, identidades: a ocupação do espaço entre a política e a cultura*. Vitória: GM Editora, 2012.

- D'AGOSTINO, B. The impact of the Greek colonists on the indigenous peoples of Campania. In: CARRATELLI, G. P. (ed.). *The Greek World – art and civilization in Magna Graecia and Sicily*. New York: Rizzoli, 1996.
- DESCOEUDRES, J-P. *Greek Colonists and Native Populations: Proceedings of the First Australian Congress of Classical Archaeology held in honour of Emeritus Professor A. D. Trendall*. Oxford: Clarendon Press, 1990. Canberra: Humanities Research Centre, 1990.
- DIODORUS SICULUS. *Library of History Vol IV. Loeb Classical Library*. With an English translation by C. H. Oldfather. Cambridge MA.: Harvard University Press, 1935
- DUNBABIN, T. J. *The Western Greeks*. Oxford: Clarendon Press, 1948.
- FLAX, J. Pós-modernismo e relações de gênero na teoria feminista. In: HOLLANDA, H. B. (org.). *Modernismo e política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.
- FAURE, P. *La vita quotidiana nelle colonie greche*. Milano: Rizzoli, 1995.
- FUNKE, P. Western Greece (Magna Graecia). In: KINZL, K. H. (ed.). *The Blackwell Companion of the Classical Greek World*. Malden: Blackwell Publishing, 2006.
- GERNET, L. Marriage de tyrans. In: GERNET, L. *Antropologie de la Grèce antique*. Paris: Maspero, 1980, p. 299-312.
- GRECO, E. La Magna Grecia della origini: tradizioni di studi e dibattiti in corso. In: CHIESA, G.S. *Miti Greci: Archeologia e pittura dalla Magna Grecia al collezionismo*. Milano: Electa, 2005.
- GUZZO, G. Myths and archaeology in South Italy. In: DESCOEUDRES, J. P. *Greek colonists and native population*. Oxford: Clarendon Press, 1990.
- HALL, J. *Hellenicity*. Chicago: Chicago University Press, 2002.
- HALLETT, J. P. Women's lives in the ancient Mediterranean. In: KRAEMER, S. R.; D'ANGELO, M. R. *Women and Christian origins* (ed.). New York: Oxford University Press, 1999.
- HIRATA, E. (org.). *Siracusa: leituras de uma cidade antiga*. São Paulo: MAE, 2009.
- HUMPHREYS, S. C. *The family, women and death: comparative studies*. Michigan: The University of Michigan Press, 1996.
- IZZU, F. *Viaggio nell'universo femminile della Magna Grecia*. Padova: AltroMondo Editore, 2009.
- JONES, S. *The Archaeology of Ethnicity: Constructing Identities in the Past and Present*. London: Routledge, 1997.
- KALDELLIS, A. *Genesios, On the reigns of the emperors: introduction, translation, and commentary* A. Kaldellis. *Byzantina Australiensia*, 11. Canberra: Australian Association for Byzantine Studies, 1998.

- LOMAS, K. *Rome and the Western Greeks – 350 BC – AD 200. Conquest and acculturation in southern Italy*. London: Routledge, 1993.
- MEDINA, M. C. Comentarios críticos a algunas categorías históricas: sexo, género y clase, *Anales Nueva Epoca*, n. 1, 1998.
- MOSCATI, S. *Italy before Rome*. Milano: Electa, 1987.
- OLIVEIRA, A. C. O. *Gênero, saúde reprodutiva e trabalho: formas subjetivas de viver e resistir às condições de trabalho*. 2001. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2001.
- PACCIARELLI, M. Identità di genere e corredi femminili nelle grandi necropoli. In: *Le ore e I Giorni delle donne. Catalogo della mostra*, Museo Civico Archeologico di Verrucchio, 14 Giugno 2007-6 Gennaio 2008, Verrucchio, 2008.
- POLYBIUS. *The Histories*. Trans. Hultsch, Friedrich Otto, Shuckburgh, Evelyn S. London: Macmillan and Co., 1889.
- ROCHA-SÁNCHEZ, T. E; DÍAZ-LOVING, R. Cultura de género: La brecha ideológica entre hombres y mujeres, *Anales de Psicología*, v. 21, n. 1, 2005.
- SILVA, A. C. L. F. Reflexões sobre o paradigma pós-moderno e os estudos históricos de gênero, *Brathair*, v. 8, n. 2, 2008.
- SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, v. 15, n. 2, jul/dez, p. 5-22, 1990.
- SCOTT, J. Prefácio a “Gender and Politics of History”, *Cadernos Pagú*, n. 3, p. 11-12, 1994.
- SOIHET, J. R; PEDRO, M. A emergência da pesquisa da História das mulheres e das relações de gênero, *Revista Brasileira de História*, v. 27, n. 54, 2007.
- SOURVINOU-INWOOD, C. Male and Female, Public and Private, Ancient and Modern. In: REEDER, E. *Pandora*. Princeton: Princeton University Press, 1995.
- XENOFONTE. *Econômico*. Tradução e introdução de Anna Lia Amaral de Almeida Prado. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- WOODHEAD, A.G. *Os Gregos no Ocidente*. Lisboa: Editorial Verbo, 1972.

Recebido em: 24 de dezembro de 2014

Aprovado em: 12 de julho de 2016